

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

15.^a Reunião
(5 de janeiro de 2017)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 18 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à audição do Prof. Doutor Luís Campos e Cunha (ex-Ministro das Finanças de 12 de março de 2005 a 21 de julho de 2005), tendo usado da palavra os Deputados Moisés Ferreira (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Paulo Trigo Pereira (PS) e Carlos Costa Neves (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 31 minutos.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): - Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde. Está aberta a reunião.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Temos hoje connosco, na qualidade de antigo Ministro das Finanças, o Sr. Prof. Dr. Luís Campos e Cunha, sendo as minhas primeiras palavras para lhe agradecer a disponibilidade imediata que manifestou quando com ele falei telefonicamente para que pudesse estar aqui, contribuindo para os trabalhos desta Comissão no sentido do esclarecimento das questões que constituem o seu objeto.

O Sr. Prof. Campos e Cunha deu-me conta de que desejaria fazer uma breve intervenção inicial — o qualificativo «breve» é meu.

Sr. Professor, não se sinta pressionado pelo meu qualificativo.

Sem mais delongas, e renovando os meus agradecimentos, passava desde já a palavra ao Sr. Prof. Campos e Cunha.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha** (ex-Ministro das Finanças de 12 de março de 2005 a 21 de julho de 2005): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por dizer que, por razões pessoais, que tive oportunidade de explicar, a minha curta preparação para esta reunião não permitiu que eu tivesse tido oportunidade de ler as declarações das pessoas que aqui me precederam, pelo que estou aqui como se fosse o primeiro a ser ouvido. Nem conhecia exatamente os detalhes de como iria decorrer esta reunião.

Gostaria de dar conta de algumas notas que trouxe, o que, provavelmente, desde já, poderá esclarecer algumas dúvidas e responder a algumas perguntas que possam vir a fazer.

Sublinho que passaram 12 anos desde que estive no Governo. Há detalhes de que me lembro bem e há outros que, pura e simplesmente, me ultrapassam, nomeadamente datas. Há 12 anos atrás, não estava, obviamente, à espera de estar aqui hoje, pelo que apenas tenho a minha memória. Além disso, estive apenas quatro meses no Governo.

Todas as pessoas que já estiveram em situações governativas ou próximas percebem que o Programa de Governo tinha de ser elaborado e aprovado, tínhamos delegação de competências dentro do Governo e dentro do Ministério, houve alterações de impostos, houve o PEC, que foi o primeiro Programa de Estabilidade e Crescimento aprovado para um período de consolidação orçamental de três anos — estávamos em procedimento de défices excessivos —, foi o primeiro Programa de Estabilidade que foi feito para cinco anos e não para quatro, que é o estritamente obrigatório, fizemos nessa altura um Orçamento rectificativo, fizemos Grandes Opções do Plano. Aliás, estive aqui, dois dias antes da minha saída oficial do Governo, a discutir as Grandes Opções do Plano.

Portanto, em quatro meses, com tantos documentos importantes e urgentes, como devem imaginar, a relação com a Caixa Geral de Depósitos não teve, digamos, um período de maturidade suficiente entre o Ministro das Finanças e a administração da Caixa, embora tenhamos reunido muitas vezes.

Outro ponto que gostaria de frisar é que a maior parte das coisas são de reuniões que se passaram a dois, portanto não existem terceiras pessoas que possam corroborar aquilo que eu possa dizer.

Há um facto, que é importante, sobre o qual me irei pronunciar com algum detalhe. Desde o início, como Ministro das finanças, fui pressionado pelo Primeiro-Ministro de então para demitir a administração da Caixa Geral de Depósitos e para a substituir. Ora bem, eu tenho um princípio: o de que as equipas e as pessoas devem cumprir o seu mandato e devem ser avaliadas

pelos resultados no fim do mandato. Sempre assim fiz por onde passei. Por exemplo, em abono daquilo que estou a dizer, não demiti um único diretor-geral. Os diretores-gerais que estavam eram os mesmos quando eu saí. E este princípio de deixar as pessoas e as equipas trabalharem era para ser aplicado à administração da Caixa Geral de Depósitos pela parte que me tocava.

Mas, além disso, há alguns factos mais para que eu gostaria de chamar a atenção.

Primeiro, devo dizer que os contactos que tive com o Dr. Vítor Martins — era figura pública, mas eu não o conhecia — foram muito positivos. Nas reuniões que tive com ele, apercebi-me de que havia pensamento estratégico para a Caixa Geral de Depósitos, que estava ciente dos desafios e dos problemas da Caixa Geral de Depósitos, apresentando soluções para esses problemas.

Em segundo lugar, o próprio Governador do Banco de Portugal, o Dr. Vítor Constâncio, chamou-me a atenção e salientou que tinha uma boa impressão do trabalho desenvolvido pela administração da Caixa Geral de Depósitos de então.

Terceiro ponto importante: a equipa da Caixa Geral de Depósitos era uma equipa de profissionais com experiência de banca. Havia algumas nomeações que poderemos considerar eventualmente mais político-partidárias, mas eram, mesmo assim, em larguíssima minoria.

Para além de Vítor Martins, que era o Presidente, tínhamos João Freixa, que é um homem que esteve muito tempo ligado à banca, que tem a vida toda ligada ao sistema financeiro.

Fazia também parte da Administração Maldonado Gonelha, que tem uma filiação partidária conhecida, que vinha da administração anterior e que esteve muitos anos ligado à administração como vice-presidente, se não me falha a memória, do Montepio, uma instituição que também tem um papel bancário importante.

Estava igualmente Luís Alves Monteiro, que também tem uma filiação partidária conhecida, e que foi um homem que sempre teve a sua vida ligada ao setor financeiro e à banca — Banco de Fomento, BPI, etc.

Fazia também parte a Dr.^a Gracinda Raposo, ex-diretora-central da Caixa Geral de Depósitos, que era, portanto, não só uma pessoa ligada à banca como, além disso, conhecia bem a casa.

Havia o Dr. Norberto Rosa, uma pessoa que vinha do Banco de Portugal, que eu conhecia — não trabalhava diretamente com ele, mas conhecia-o —, uma pessoa ligada à supervisão, muito competente na área de *compliance*, e penso que, mais tarde — mas isto sou eu a puxar pela memória —, recentemente, nos últimos cinco anos ou coisa que o valha, esteve a tentar salvar o BPP, depois da saída de António Rendeiro.

Fazia também parte da Administração Vítor Fernandes, que era um homem que também já vinha da administração anterior, ligado aos seguros.

Havia António Vila Cova, que também já vinha da administração anterior.

Estava igualmente o Dr. José Ramalho, que era uma pessoa que eu conhecia muito bem, porque ele foi diretor do departamento de mercados quando eu era vice-governador do Banco de Portugal, pelo que reportava diretamente a mim. Falávamos todos os dias, regularmente, com certeza que falávamos várias vezes ao telefone e tínhamos reuniões provavelmente mais do que semanais, conhecia o seu trabalho, a sua competência e via-o como um homem que poderia ser, certamente, muito importante. Aliás, julgo que, neste momento, ainda é Vice-Governador do Banco de Portugal, e com toda a razão. Mas também era uma pessoa que vinha da administração anterior, diga-se de passagem.

Estava Carlos Costa, que é o atual Governador do Banco de Portugal, e que também era um homem da banca, com experiência internacional. Era

um homem que tinha vindo, se bem sei, do BPA e que esteve também no BCP.

Fazia ainda parte da Administração Celeste Cardona, também uma pessoa com filiação partidária conhecida e que estava na área jurídica.

Ora bem, estamos a falar de três filiações partidárias em onze, e todas elas com experiência relevante nas tarefas que estavam a desempenhar dentro da Caixa Geral de Depósitos.

Houve vários assuntos que foram debatidos. Sinceramente, não me recordo dos detalhes, mas lembro-me de termos falado sobre Espanha, de uma estratégia de renovação e de relançamento da Caixa, que, nalguns segmentos, estava a perder quota de mercado e que era necessário — se não me engano, chamava-se programa Líder — e, se bem me recordo também, falámos sobre a posição da Caixa Geral de Depósitos no Brasil. Esses foram os grandes temas, para além de outro que vou referir mais adiante.

O Primeiro-Ministro de então... Devo salientar, antes de mais, que nunca me foi pedido nenhum financiamento de favor. Eu também não o faria e, certamente, se tivesse transmitido essas instruções ao Dr. Vítor Martins estou certo de que ele também recusaria. Portanto, não houve, nesse período, nesse aspeto, quanto a financiamentos, quanto a créditos, nada que passasse por mim da parte do Primeiro-Ministro. Mas o que era exigido era a demissão da administração da Caixa Geral de Depósitos. Disse-o de forma reiterada e de uma forma insistente e crescente com o passar do tempo, passando, inclusivamente, a serem sugeridos os nomes de Santos Ferreira e de Armando Vara.

Por razões de princípio, como já referi, e por razões de interesse da própria Caixa Geral de Depósitos, eu não demitiria, nem demiti, a sua Administração. Pareceu-me que havia lugar, nas conversas que tive com o Dr. Vítor Martins, a alguma alteração na estrutura organizativa do Grupo Caixa e, nesse contexto, poderia haver, eventualmente, algum ajustamento

de nomes que poderiam surgir. Mas nunca seria a demissão da Administração, como me era exigido.

Aliás, essa reestruturação/reorganização do Grupo Caixa, com toda a lealdade e com toda a transparência, pedi ao Dr. Vítor Martins para me sugerir. Disse-lhe «faça-me uma proposta, para discutir comigo, sobre a possível alteração organizativa de *governance* do Grupo Caixa Geral de Depósitos». Portanto, essa reorganização do Grupo Caixa era feita com a administração da Caixa Geral de Depósitos e não contra a administração da Caixa Geral de Depósitos.

Essa proposta acabou por não chegar a ser apresentada, pura e simplesmente, porque, entretanto, eu saí.

Queria reafirmar, porque já tenho lido e ouvido coisas diferentes, que eu não demiti a administração da Caixa Geral de Depósitos, contrariamente ao que vi escrito, ainda recentemente, em jornais de grande circulação, nem convidei ninguém para assumir qualquer lugar na Caixa Geral de Depósitos nem para substituir alguém na Administração.

Aliás, para além dos secretários de Estado e dos meus colaboradores diretos, o Dr. Vítor Martins foi a primeira pessoa a quem telefonei a comunicar a minha demissão. Ainda ela não era pública nem conhecida, a primeira pessoa que o soube foi o Dr. Vítor Martins, porque eu sabia — e ele também sabia — que, evidentemente, o destino dele estava traçado. E de facto, menos de uma semana depois, toda a Administração foi demitida. Mas não foi demitida por mim.

Esta — chamemos-lhe — guerra entre Ministro das Finanças e Primeiro-Ministro foi uma das razões — não foi a única, nem pouco mais ou menos — por que pedi a demissão. Fi-lo numa longa carta, mas um dos parágrafos é exatamente dedicado a esta questão da demissão da administração da Caixa Geral de Depósitos.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor, por esta sua intervenção inicial.

Vamos passar à fase de perguntas. A lógica dos trabalhos da Comissão passa por uma rotação na ordem de formulação das questões e hoje o primeiro grupo parlamentar a usar da palavra é o do Bloco de Esquerda, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, antes de mais, quero cumprimentar o Prof. Dr. Campos e Cunha, agradecer a sua presença e também a exposição inicial que fez, porque nela já foi dando respostas a algumas das perguntas que eu iria colocar e, portanto, já contribuiu muito para o bom funcionamento dos nossos trabalhos.

Apesar de ter estado no Ministério das Finanças pouco tempo é normal haver passagem de pastas, de assuntos pendentes, etc., e porque acabou de dizer que também reuniu várias vezes com a administração da Caixa Geral de Depósitos apesar de serem reuniões a dois, suponho que com o Dr. Vítor Martins, começo, então, por lhe perguntar quais foram os assuntos mais relevantes que lhe foram transmitidos na passagem de pasta do anterior Governo para aquele de que fez parte.

Gostaria ainda de saber, nas reuniões que tinha com a administração da Caixa, quais eram os principais problemas e assuntos que estavam identificados, que estavam em cima da mesa e qual era a orientação estratégica para a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Ora bem, a passagem de pasta quase não existiu, por uma razão muito simples: eu tive grande

dificuldade nestes quatro meses em falar com o Primeiro-Ministro, por mais absurdo que isso possa parecer, e, ao fim de muita insistência, tive de mandar entregar a minha carta de demissão em mão, ou seja, com protocolo, porque eu não conseguia falar ou ter uma reunião com o Primeiro-Ministro para lhe apresentar pessoalmente a demissão e a carta.

Isto foi numa quarta-feira ao fim do dia e na quinta-feira de manhã tomou posse o novo ministro. Portanto, eu só tive tempo de arrumar meia dúzia de papéis pessoais e mais nada. Tive um almoço com o novo ministro das Finanças e nesse almoço falei-lhe de quatro ou cinco assuntos — já não me recordo exatamente quais eram — que eu pensava que fossem mais prementes e pus-me à disposição dele para se quisesse falar comigo — ele saberia os meus contactos e onde me encontrar —, coisa que nunca aconteceu.

Quanto às reuniões com a Caixa Geral de Depósitos, puxando um bocadinho pela cabeça, os temas foram: Espanha, onde havia vários pequenos bancos e aquilo não estava a correr bem, havendo várias hipóteses alternativas que estavam a ser estudadas, do ponto de vista do mercado, sobre como é que se poderia resolver isso, mas, agora, não consigo lembrar-me exatamente com mais precisão; depois, havia o tal programa que, se não me engano, se chamava Programa Líder, que eu referi, e que tinha a ver com o facto de a Caixa Geral de Depósitos ter uma presença inferior ao que seria de esperar e de desejar nas pequenas e médias empresas, sendo que a Administração estava consciente disso e tinha uma estratégia para combater esse aspeto; havia ainda um problema qualquer, de que já não me recordo também concretamente mas que vinha do passado, com uma participação num banco no Brasil;...

O Sr. João Paulo Correia (PS): — O Bandeirante!

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — ... e falámos algumas vezes, embora um bocadinho *en passant* e já na fase final do meu mandato, e não chegámos a conclusão nenhuma, sobre a reorganização da estrutura do Grupo Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Para a Caixa Geral de Depósitos, o ano de 2004 foi um ano particularmente difícil. A Caixa teve de registar perdas, imparidades... Sei que o Dr. Campos e Cunha, em 2004, não era Ministro das Finanças mas, na altura em que o Dr. Campos e Cunha era ministro, foi aprovado o relatório e contas da Caixa referente a 2004, salvo erro, a 17 de junho de 2005.

Gostava de saber que tipo de contactos teve com a administração da Caixa Geral de Depósitos, que tipo de informação teve e de que forma avalizou esse relatório e contas, porque, tendo sido 2004 um ano particularmente difícil para a Caixa, de que forma é que junto da administração da Caixa Geral de Depósitos prepararam terreno para não se repetirem determinados erros, determinadas decisões que levaram, por exemplo, a perdas significativas em participações financeiras que a Caixa Geral de Depósitos tinha tido no BCP, na EDP e noutras empresas? Este tema foi abordado? E, tendo em conta esta informação, sentiu-se confortável para avaliar o relatório e contas da Caixa referente a 2004?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Avalizar, avalizámos que era verdade e, em consciência, se avalizei, como representante do acionista,

foi porque, em consciência, achava que o que estava refletido nas contas era verdade. Podia ser uma verdade desagradável, mas era verdade.

De facto, houve vários movimentos, cujos contornos, mais uma vez, não tenho presentes, que tinham a ver com o BCP, eventualmente com a EDP e com estas participações internacionais que mencionei há pouco. Portanto, perante tudo isto, foi um ano particularmente mau para a Caixa Geral de Depósitos.

Mas também devo sublinhar que a administração da Caixa estava lá há muito pouco tempo, esteve no total uns oito ou nove meses. Portanto, a administração, em certo sentido, não era administração na maior parte do ano de 2004 e, certamente, não foi responsável pelas ações que levaram a essas perdas muito significativas que vinham de administrações anteriores.

Portanto, na altura, conversámos sobre o assunto, explicaram-me as razões, que me pareceram convincentes e daí eu ter aprovado o relatório e contas... Além disso, há os órgãos de auditoria interna, de auditoria externa, o conselho fiscal, etc. e, evidentemente, tenho de fazer fé naquilo que eles me dizem.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Tem razão quando diz que muitas destas ações não foram com a Administração do Dr. Vítor Martins, nomeadamente os negócios ruinosos com o BCP que levaram a perdas avultadíssimas de centenas de milhões de euros, mas há participações financeiras na EDP já do final de 2004 – já com o Conselho de Administração do Dr. Vítor Martins – que causam algumas dúvidas e estranheza também.

Assim, eu gostava de saber se, na altura, abordaram este assunto, porque, a 8 de novembro de 2004, a CGD alienou à Parpública, com uma

perda de 136 milhões de euros, a participação de 4,75% que detinha na EDP. Ou seja, a CGD desfez-se desta participação com perdas significativas em novembro de 2004, mas a 2 de dezembro de 2004 a Caixa Geral de Depósitos participa na quinta fase de privatização da EDP, adquirindo uma posição de 4,82% da EDP com um valor de aquisição de cerca de 321 milhões de euros, isto quando há um mês se tinha desfeito de 4,75% da EDP com perda.

No dia 16 de dezembro de 2004...

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Qual era o valor de venda?

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O valor de venda não o tenho aqui, mas sei que foi com uma perda de 136 milhões de euros em relação ao que tinha sido adquirido.

Como estava a dizer, no dia 16 de dezembro de 2004 é aprovado um aumento de capital para a Caixa Geral de Depósitos, em consequência desse ano negativo que teve, e nesse aumento de capital, que foi de 800 milhões de euros, 400 milhões de euros foi com entrega em espécie de ações da EDP transferidas pela Parpública a quem a Caixa tinha vendido 4,75% um mês antes.

Ora, isto é estranho e eu gostava de saber se este foi um assunto abordado com a administração da Caixa na altura da aprovação do relatório e contas, este, sim, já tendo que ver com o Conselho de Administração da Caixa presidido pelo Dr. Vítor Martins.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Eu não me recordo, honesta e sinceramente, desses detalhes, que podem ser, certamente, muito relevantes, pois são centenas de milhões de euros, mas, primeiro, quanto ao

facto de ter vendido à Parpública e de, depois, ter ido comprar ao mercado, o que interessa saber é o valor de venda à Parpública *versus* o valor de compra no mercado. Pode ter vendido com prejuízo, mas isso era em relação a um preço muito anterior e nada impede de ter sido, ou não, um bom negócio. Mas o Dr. Vítor Martins poderá, certamente, esclarecer esse aspeto com mais cuidado.

Devo também lembrar que uma parte, se bem me recordo, dos prejuízos também tinha a ver com algumas operações relacionadas com a passagem de parte do Fundo de Pensões para o Ministério das Finanças, para o Estado, e isso obrigou a uma recomposição da carteira. Em alguns casos, pode ter levado a uma recomposição da carteira, sendo que, quando uma pessoa vende, é natural que possa haver alguma flutuação de preços e, eventualmente, até perdas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Entretanto, fui verificar e o valor de venda dos 4,75% foi de 325 milhões de euros; o valor de aquisição tinha sido de 439 milhões de euros e, passado um mês, a Caixa foi adquirir 4,82% à EDP, na quinta fase de privatização, por 321 milhões de euros. Daí a estranheza, mais do que contabilística, ser sobre o foco estratégico. Isto é, a EDP era estratégica para a Caixa? Sim ou não? É que desfez-se dela, depois foi recomprar uma parte, uma posição acionista... Este tipo de participações eram para o Governo de que fez parte algo de estratégico para a Caixa Geral de Depósitos? Sei que isto foi anterior ao exercício do seu mandato como Ministro das Finanças, mas pergunto-lhe se, durante o tempo em que esteve no Ministério das Finanças, estas participações financeiras eram estratégicas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Eu não sou capaz de responder a essa pergunta, porque, pura e simplesmente, nunca cheguei a ter oportunidade e tempo para aprofundar muitas destas posições em relação à Caixa Geral de Depósitos, pelas razões que eu disse logo no início. Quer dizer, eu estive lá quatro meses, mas foram quatro meses bastante atribulados, nomeadamente com a preparação de documentos como o Orçamento do Estado, o programa de estabilidade, etc.

Portanto, não tive, de facto, muito tempo para falar sobre isso e, certamente, essas são coisas das quais, se falámos sobre elas, eu, honestamente, já não me recordo...

Todavia, chamo a atenção porque os valores que me está a dar das percentagens, do preço de venda e do preço de compra são muito semelhantes, 325 e 321 milhões, e as percentagens também são muito semelhantes. Portanto, estamos a falar de alienar e, depois, adquirir, umas semanas mais tarde, um conjunto de ações muito parecido por um valor também muito muito semelhante, portanto não há...

Em segundo lugar, também chamo a atenção para o facto de que estamos a falar sempre de movimentos dentro do setor, chamamos-lhe assim, do Estado, não estamos a falar de vender por 10 a um privado e, depois, comprar a outro privado por 15! Não é disso que estamos a falar e, portanto, apesar de tudo, não tem o mesmo cariz do que se fosse uma compra a um grande industrial ou a um grande financeiro privado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Qual era a política de concessão de crédito na Caixa Geral de Depósitos com a Administração do Dr. Vítor Martins? Havia alguma orientação do Governo sobre a política de concessão

de crédito? Havia alguma orientação sobre a necessidade de uma maior fiscalização, de uma auditoria dentro da Caixa Geral de Depósitos sobre a concessão, principalmente, de créditos avultados? Considera que havia uma relação franca, frontal e transparente entre a administração da Caixa e o Governo, através do Ministério das Finanças, durante os meses em que esteve no Ministério das Finanças?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Devo ter reunido com o Dr. Vítor Martins umas seis ou sete vezes. Certamente, foi mais do que uma vez, mas não foi muito mais do que isso. Não havia sequer oportunidade.

Segundo, a política de concessão de crédito é, nos seus detalhes, uma responsabilidade da Administração. As linhas estratégicas devem ser definidas pela acionista, neste caso, pelo Estado, pelo Governo, pelo Ministro das Finanças.

A política de crédito, em concreto, é uma decisão que deve pertencer e é da responsabilidade — aliás, deve ser por isso avaliada — da administração da Caixa Geral de Depósitos, seja ela qual for. Não deve haver créditos de favor, deve haver uma boa análise de risco.

Aliás, uma das pessoas que estava na Administração é conhecida por ser bastante sabedora de problemas de análise de risco. Conheci-a por razões meramente fortuitas e até conheci alguns dos colaboradores diretos dessa pessoa. Portanto, são pessoas que, certamente, tinham uma boa capacidade analítica em termos de análise de risco, embora, evidentemente, os melhores bancos dão um crédito e às vezes perdem. Mas isso faz parte do risco do negócio. Outra coisa é dar créditos de favor, dar créditos por indicação do Ministro ou coisa assim do género. Isso nunca aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Qual era a razão para haver tanta pressão para a demissão da Administração?

Disse que sofreu pressão, várias vezes, para colocar lá, entre outros nomes, Armando Vara e Carlos Santos Ferreira. Qual era o fundamento?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — O fundamento era meramente político.

Lembro-me de, a certa altura, já se ter falado sobre isso não sei quantas vezes e de serem classificados como «estes são os nossos inimigos». Não era assim que eu via a administração da Caixa, ou seja, como nossos inimigos, e não é assim que geralmente trato as pessoas. Fiquei surpreendido.

Devo dizer-lhe que apresentei a demissão, se não me falha a memória, no dia 20 de julho, mas essa era a quarta vez que eu estava a pedir a demissão. A primeira vez que pedi a demissão foi no dia 14 de maio, ou seja, seis semanas depois de haver governo.

Era ponto assente que a administração da Caixa não ia ser demitida por mim, e acabou, não se falava mais nisso. Quer dizer, eu ia embora certamente antes disso, e fui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Havia essas pressões apenas para ter controlo partidário sobre a Caixa Geral de Depósitos e para poder, como várias vezes referiu, conceder créditos de favor?

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Não faço ideia, porque, em abono da verdade, nunca ninguém me pediu para eu solicitar algum crédito de favor. Estamos no domínio da especulação pura e, nesse aspeto, não entro.

Era o inimigo. Por que é que era o inimigo? Terão de perguntar a quem de direito. Não é assim que eu penso as coisas, não é assim que eu vejo o mundo e a vida.

Não sei se respondi à sua pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado ainda dispõe de tempo, caso queira clarificar o seu pensamento.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Doutor, não seria certamente pelas grandes competências do Dr. Armando Vara em gestão em banca pública que o estavam a pressionar para o colocar na administração da Caixa.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Ele era diretor, se não me engano, da segurança da Caixa Geral de Depósitos, se estou bem recordado, mas não tenho a certeza.

Devo dizer que o Dr. Armando Vara e o Dr. Carlos Santos Ferreira são duas pessoas que já conhecia, embora conhecesse mal. Devo ter falado duas ou três vezes com eles e um pouco *en passant*. Lembro-me de ter estado num jantar em casa de um amigo comum. Mas era um conhecimento meramente fortuito. Não sei se têm filhos, quantos têm, nunca foram a minha casa, nunca fui a casa deles. Era um conhecimento muito distante. Em Portugal, toda a gente se conhece. E, apesar de ser um conhecimento bastante distante, conhecia-os.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O Dr. Campos e Cunha, em junho de 2016, deu algumas declarações à Lusa que passo a citar: «A Caixa Geral de Depósitos ficou relativamente imune aos ciclos políticos até 2002». Também disse: «Houve algum distanciamento dos governos face à gestão da Caixa, e isso é bom. Em 2002, não... Com Ferreira Leite e depois com o Eng.º José Sócrates a situação foi ainda mais estranha».

Peço alguma tolerância ao Sr. Presidente. Como o meu tempo está terminar, coloco mais algumas questões.

Sr. Doutor, gostava que nos explicasse por que é que com Ferreira Leite deixou de haver distanciamento dos governos face à Caixa Geral de Depósitos e por que é que disse que com o Eng.^a José Sócrates a situação foi ainda mais estranha.

O que é o mais estranho? O que é que aconteceu? Houve algum tipo de controlo político-partidário? Se sim, de que forma é que ele aconteceu?

Disse, ainda, na mesma entrevista que — e cito — «a CGD foi, nos últimos anos um instrumento do Estado para entrar em negócios e em guerras em que muitas vezes aparecia a CGD como financiadora».

Houve pressões enquanto era Ministro das Finanças para utilizar a CGD como instrumento de negócios e guerras ou isso só aconteceu depois de ter deixado de ser Ministro das Finanças?

Há pouco, perguntei-lhe se a relação entre o Ministério das Finanças e a administração da Caixa Geral de Depósitos era transparente e leal e também lhe perguntei sobre os créditos. A verdade é que, quando o Dr. Teixeira dos Santos o substituiu e demitiu a administração da Caixa Geral de Depósitos disse que — e volto a citar — «a Caixa necessita de uma liderança forte e uma relação com o acionista Estado assente na transparência», o que é uma acusação grave. Prossuponho que antes não havia transparência. Gostaria que comentasse esta afirmação.

O Dr. Teixeira dos Santos também disse que existiram, nos últimos meses, uma série de eventos e notícias que vieram fragilizar a imagem externa e interna da atual Administração.

Gostava também de saber a sua opinião sobre esta afirmação e gostava de saber se foram apenas — falando muito diretamente — desculpas encontradas para demitir uma administração e colocar outra que fosse mais conveniente e conivente com uma estratégia político-partidária do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Vamos começar do princípio.

Historicamente — não estou a dizer que esta era a melhor solução, esta não era uma má solução, mas, provavelmente, havia outras melhores —, o governador, especialmente a pessoa que estava à frente da Caixa Geral de Depósitos, era sempre de elevada reputação, conhecida, e, geralmente, afeta ao partido da oposição. Podia não ser propriamente filiada, podia ser apenas... Muitas vezes, eram pessoas que não tinham uma atividade partidária ativa. Estou a pensar no João Salgueiro, estou a pensar no Rui Vilar, que foram nomeados por governos de cor contrária.

O João Salgueiro foi nomeado pelo Eng.º Guterres e o Rui Vilar, se bem me recordo, foi nomeado pelo Prof. Cavaco.

Isto criava um certo pudor entre o acionista, que tinha o poder último, e a administração da Caixa, e isso era bom. Não estou a dizer que era a melhor solução, estou a dizer que não era uma má solução.

A primeira vez que foi nomeado alguém afeto ao partido do Governo foi no tempo de Manuela Ferreira Leite. Este princípio, não escrito, não dito, tinha uma razão de ser e julgo que foi violado aí.

Quanto a José Sócrates, não me vou pôr agora a fazer processos de intenção às pessoas. Apenas analiso resultados da ação das pessoas. O que é que o motivou por detrás disso? Não sei.

Eu cito, nessa entrevista que referiu... Alias, já nem me lembrava dessa entrevista. Agora já não dou entrevistas mas houve uma altura que dava bastantes.

Todos nós nos recordamos e vimos nos jornais a participação ativa da Caixa como financiadora para guerras entre privados, nomeadamente o controlo do BCP.

Quer dizer, julgo que não é esse o papel de um banco e, certamente, de um banco do Estado. O Estado não pode, através do seu banco, estar a interferir em guerras entre privados. Guerras entre privados é um problema deles. Financiem-se nos bancos privados.

Portanto, só estou a julgar as coisas pelos factos e pelas consequências das ações, não estou a julgar as motivações últimas, pois isso seria mais para perguntar diretamente às pessoas ou talvez a um psiquiatra que pudesse dizer algo.

Quanto à lealdade e à transparência, só posso falar por mim. Eu não tive problemas nenhuns, pelo contrário: na primeira reunião que tive, lembro-me de ter ficado — já não me lembro sequer quando foi, não foi certamente nos primeiros dias, foi provavelmente ao fim de um mês ou coisa que o valha — agradavelmente surpreendido porque o Dr. Vítor Martins mostrou-me qual era a estratégia que estava a ser implementada para a Caixa, quais eram os problemas e os desafios e qual era a estratégia de solução para cada um desses problemas, o que me pareceu genericamente bem na altura. Pelo menos,... não consigo recordar essas reuniões, como deve imaginar. Já lá vão 12 anos e não tomei notas para poder vir aqui responder. Não me recordo exatamente quais eram esses assuntos.

Como disse, fiquei agradavelmente surpreendido porque era uma pessoa que não conhecia pessoalmente.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Campos e Cunha, cumprimento-o em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP e agradeço a sua disponibilidade para responder a estas questões.

Tendo em conta a intervenção que o Sr. Professor aqui fez, presumo que, para quem vai assumir a responsabilidade de Ministro das Finanças, a Caixa Geral de Depósitos seja um dos pontos essenciais relativamente a esse mandato que vai exercer.

Pergunto: ainda antes de iniciar funções, teve alguma conversa com o primeiro-ministro de então sobre a estratégia para a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Sr. Deputado, a Caixa Geral de Depósitos é, certamente, muito importante para o Ministro das Finanças, mas havia coisas muito mais prementes e muito mais urgentes naquele momento.

A Caixa Geral de Depósitos tinha uma administração que estava a funcionar, tinha uma administração com gente da banca, com gente competente, genericamente falando, e, portanto, não era a prioridade das prioridades.

A prioridade das prioridades era o Programa do Governo, eram as alterações de impostos, era estarmos em procedimento por défices excessivos e termos os meus colegas em Bruxelas quase a insultarem Portugal porque ainda não tinha sido apresentado um programa de estabilidade, o que era necessário, premente e urgente fazer.

Tive uma grande dificuldade em que fosse aprovado esse programa internamente. Foi um programa de que me orgulho muito, porque tecnicamente, foi de longe até então o melhor programa do ponto de vista técnico jamais apresentado por Portugal. Tenho muito orgulho dos colaboradores que me ajudaram a pôr esse programa de pé.

Se me pergunta se era mais importante o Programa de Estabilidade e Crescimento ou a Caixa Geral de Depósitos, respondo-lhe que não só era mais importante o Programa de Estabilidade, como, além disso, era mais urgente. E, numa situação de quatro meses, é evidente que às vezes poderemos ter dúvidas sobre a importância relativa das ações, mas, muitas vezes, as coisas mais importantes não são tão urgentes e as coisas mais urgentes, provavelmente, não são tão importantes.

Julgo que o Programa de Estabilidade reunia as duas coisas: era muito urgente e era muito importante.

Portanto, nesse aspeto, não foi um assunto muito debatido inicialmente com o Primeiro-Ministro, para além de ele ter achado desde o início que se devia demitir a administração da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, as conversas que tiveram foram sempre sobre a administração da Caixa Geral de Depósitos e não sobre a missão e a estratégia para a Caixa Geral de Depósitos ou sobre o que seria o impulso do acionista, em termos de orientação. Isto

porque normalmente quem tem uma ideia sobre a equipa de gestão, tem-na também sobre a orientação do acionista.

O Sr. Doutor já disse qual era a ideia do Primeiro-Ministro de então relativamente à administração. Mas, qual era a ideia que o Primeiro-Ministro tinha? Queria depor essa administração para quê?

Quando um acionista muda uma equipa de gestão é porque entende que ela não é capaz de desenvolver uma determinada missão e que outra é capaz de a desenvolver. Qual era a missão que o Primeiro-Ministro tinha na cabeça?

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Não faço ideia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas faz ideia dos nomes da equipa de gestão que o Primeiro-Ministro queria pôr na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Faço, porque disso ele falou-me. Quanto à missão última da Caixa Geral de Depósitos, nunca foi um tema. Peço desculpa, mas é a verdade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, as perguntas parecem de resposta lógica, mas, como estamos numa Comissão de Inquérito, as coisas têm de ser ditas, não podem ficar subentendidas. Portanto, algumas perguntas são quase retóricas mas têm de ser feitas.

As pessoas que eram indicadas nessa altura como sendo os administradores que deveriam assumir funções na Caixa Geral de Depósitos vieram mais tarde efetivamente a exercer essas funções?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Exatamente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, relativamente a essa questão, já deu a opinião sobre a administração que estava em funções, que foi uma opinião, pelo que percebi e aproveito para fazer essa pergunta, formada mais depois de assumir funções e do primeiro contacto que teve com a administração, designadamente com o Presidente do Conselho de Administração e com o que foi demonstrado por ele relativamente à situação da Caixa e à forma como pretendia, daí para a frente, gerir a Caixa Geral de Depósitos se se mantivesse em funções, do que propriamente a partir de uma ideia que tivesse concebido antes. Embora conhecesse as competências dos membros da administração, não conhecia, em concreto, aquilo que estava a acontecer na Caixa e a preparação que aquela equipa tinha para esse exercício.

Transmitiu ao Primeiro-Ministro que, depois de assumir funções, tinha efetivamente falado com o Presidente da Caixa Geral de Depósitos e percebido qual era o entendimento que ele tinha sobre a situação do banco e que lhe parecia que, com essa orientação, a Caixa poderia cumprir a sua missão enquanto banco público?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Sr. Deputado, faz-me uma pergunta que é importante e que gostaria de clarificar.

Não conhecia o Dr. Vítor Martins, primeiro. Honestamente, julgo que ninguém sabe — eu, pelo menos, não sei de cor, hoje — o nome de todos os

administradores que estão na Caixa Geral de Depósitos. Neste momento, não sei, não é coisa que me preocupe assim grandemente saber.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Neste momento é mais fácil!

Risos.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Neste momento, de facto, são só quatro e, mesmo assim, não seria capaz de dizer os quatro.

Portanto, quando fui para Ministro das Finanças não conhecia o detalhe e algumas das pessoas não as conhecia, sequer, pessoalmente. Portanto, não conhecia o perfil profissional delas, não sabia quem eram, onde tinham trabalhado. Foi nas primeiras reuniões ou na primeira reunião que tive com o Dr. Vítor Martins, que foi particularmente longa, que ele me mostrou quais eram os problemas, qual era a estratégia e falámos sobre as pessoas que estavam na administração, tanto quanto me recordo.

Foi fruto dessa reunião a informação de que eram pessoas ligadas e algumas delas... Não sabia os 11 nomes de cor. Aliás, tive de os ir ver porque já não me lembrava, neste momento, como é natural, de todos os que lá estavam.

Algumas pessoas conhecia, outras não. Uma boa parte, até conhecia, umas mais, outras menos. O Dr. Carlos Costa era uma pessoa já conhecida, o Dr. Maldonado Gonelha é uma pessoa que conheço bem. Portanto, eram pessoas que me davam confiança, do ponto de vista da idoneidade e da sua capacidade técnica, porque tinham passado na banca. Isso agradou-me, surpreendeu-me agradavelmente.

Portanto, vi uma estratégia, uma análise da situação da Caixa e uma equipa que me parecia competente, não vi razão nenhuma para avançar com

a exigência da demissão por parte do Primeiro-Ministro de então. Depois também falei, isso lembro-me, com o Dr. Vítor Constâncio, que me alertou: «Atenção»... Falámos sobre o eventual mudar, não mudar, não sei quê, porque eu estava muito... Não gostava do que se estava a passar, isto é, da pressão que estava a sofrer e ele disse: «De facto, tenho uma boa impressão sobre o seu desempenho. Do trabalho que estão a fazer, a impressão que tenho é boa».

Quando olhei com um bocadinho mais de atenção sobre quem era a administração da Caixa e depois das conversas que tive com o Dr. Vítor Martins, o Sr. Governador confirmou que, de facto, a Caixa, digamos, não era uma questão de demitir... Confirmou apenas que demitir era uma má solução para a Caixa, além de ser uma questão que violava princípios e regras básicas de funcionamento das instituições.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, a minha questão era mais concreta: sendo essa a avaliação que fez, tendo, inclusivamente, falado sobre isso com o Governador do Banco de Portugal e tendo ele uma opinião semelhante à que estava a formar quando começou a contactar com a administração da Caixa Geral de Depósitos, de alguma forma, contrapondo a ideia do Primeiro-Ministro, tentou explicar isso mesmo ao Primeiro-Ministro e mostrar que havia uma administração que efetivamente estava a cumprir o mandato de uma forma que parecia ou indiciava ser satisfatória?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Aí devo também ser honesto: não me recordo de alguma vez ter falado sobre aquela administração. O que recebia era indicações de que era preciso demiti-los e substituí-los. E a minha relutância a dizer que achava... Devo ter manifestado a minha relutância, porque, enfim, eram pessoas que sabiam o que estavam a fazer e que tinham um pensamento sobre a gestão da Caixa. Não me lembro de a conversa ter ido muito mais longe do que isto.

Depois, quando alguém, a certa altura, já no final, me disse «estes são os nossos inimigos», não havia argumento possível. Que raio de contra-argumento!... Só lhe disse que não era a minha maneira de ver o mundo e a vida. Mas não devo ter dito muito mais do que isso, até porque era minha convicção profunda que, no dia em que tivesse o Programa de Estabilidade e Crescimento aprovado em Bruxelas, me ia embora, apesar das pressões para continuar.

Portanto, a partir do último mês, vendo coisas muito estranhas aparecerem nos jornais, toda a minha posição em relação ao Primeiro-Ministro, na minha cabeça, era: «vamos lá ver quando é que o Programa de Estabilidade e Crescimento é aprovado em Bruxelas». Foi numa sexta-feira, se não me falha a memória e, nesse fim de semana já estava a carta escrita. Na segunda-feira tive de vir aqui, julgo que até foi nesta sala, defender as Grandes Opções do Plano. Tinha escrito um pequeno artigo no jornal *Público*, que, na altura, ninguém percebeu — mais tarde foi reproduzido porque só depois perceberam o que estava a dizer.

Saiu no jornal *Público* um artigo sobre os grandes projetos públicos. Não se discutiram as Grandes Opções do Plano, só se discutiu aqui o artigo do jornal, o que foi ótimo, para mim. Aliás, foi uma sessão bem interessante, bem divertida, descontraída, porque tinha a carta no bolso para ser apresentada e só não o foi na segunda-feira à tarde porque não consegui, pura

e simplesmente, reunir com o Primeiro-Ministro, coisa que, aliás, acontecia, não sei... Aconteceu quase nos quatro meses seguidos.

Tinha uma grande dificuldade em reunir com o Primeiro-Ministro, a partir de... pouco tempo depois.

Quando apresentei a minha carta de demissão, a 14 de maio, em boa parte, foi por causa disso. Pura e simplesmente não conseguia sentar-me com ele! Eram coisas pelo telefone, conversas de 30 segundos, mais nada. Quer dizer, não é assim que se trata a situação do País!

A partir de 14 de maio, é evidente que a confiança dele em mim e a minha nele estava estragada e foi como... Não podia deixar o barco com o ele a naufragar. Tínhamos de pôr o barco com um rumo e a partir do momento em que vi esse rumo, saí. Estava a iniciar-se a elaboração do Orçamento para 2006 e entreguei os papéis ao meu sucessor. Acabou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, não me leve a mal, mas tendo tanta dificuldade em falar com o Sr. Primeiro-Ministro, como é que o Primeiro-Ministro José Sócrates fazia essas pressões ou dava orientações — não quero qualificar, isso só o Sr. Professor é que o pode fazer — para a alteração da administração da Caixa Geral de Depósitos? Era por iniciativa do Primeiro-Ministro? Era nessas conversas de 30 segundos? Como é que isso se processava?

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Não estou a dizer que nunca reuni com ele. Não é nada disso! Estou a dizer é que tinha dificuldade e a prova disso é que estive três dias com a carta na mão para me demitir e tive de mandar a minha secretária entregá-la com protocolo.

Nessas poucas reuniões e nessas poucas conversas que havia, nomeadamente, encontrávamo-nos certamente no Conselho de Ministros e havia sempre alguma conversa ao lado... Não era uma conversa que fosse... Nunca houve essa conversa em Conselho de Ministros, mas encontrávamo-nos ao lado ou coisa do género.

Mas, não lhe escondo, quer dizer, nos outros momentos isso acontecia. Nos poucos momentos em que nos encontrávamos e em que se falava de qualquer coisa era logo num dos assuntos principais.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, ia perguntar se isso alguma vez tinha sido discutido em Conselho de Ministros.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Não.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já respondeu.

Ia perguntar também se alguma vez foi discutida essa questão com terceiros.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Com terceiros?!

Falei, como já disse, com o Dr. Vítor Constâncio, como era razoável. O Governador é um *adviser*, é um conselheiro do Governo e, portanto, nessa qualidade, senti-me na obrigação de lhe perguntar o que é que achava e ele disse-me.

Com terceiros... Não me recordo, honestamente, de ter discutido a três esta situação. A não ser com o Primeiro-Ministro... Mas foi sempre a dois. Com alguém... Não me recordo de o fazer noutras circunstâncias.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, portanto, nunca conversou, por sua iniciativa, nem por iniciativa dos próprios, com outros membros do Governo sobre esta matéria da Caixa Geral de Depósitos e da nomeação da administração?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Não, não tenho a mínima ideia de alguma vez ter falado sobre este assunto com qualquer outro Ministro, com algum colega do Governo de então.

Lembro-me de ter discutido com o Primeiro-Ministro que o que ia fazer era uma reorganização da estrutura do Grupo e que, nesse contexto, iria ser reavaliada a situação, coisa com que, inicialmente, concordou e, depois, a certa altura, já não lhe interessava nada a reorganização, só queria demitir a administração, mas isso não acontecia. À medida que o tempo passou, ele ficou mais determinado num sentido e eu fiquei mais determinado no outro. E ainda bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, relativamente à reorganização já falou aqui de algumas das matérias relevantes mas na audição do Dr. Bagão Félix, por exemplo, ele

disse que, tendo estado relativamente pouco tempo em funções e tendo trabalhado com uma administração que também estava a acabar de entrar, uma das primeiras questões que a administração lhe colocou tinha a ver com a concessão de crédito e com a intenção de a administração, que, depois, trabalhou com o Sr. Professor naqueles escassos quatro meses, redefinir o que era a política de concessão de crédito da Caixa Geral de Depósitos por entender que — essa era a avaliação que a administração que entrava em funções fazia — havia ajustamentos a fazer. Isso alguma vez foi discutido com o Sr. Professor? Isto porque se presume que, tendo sido isto apresentado ao Dr. Bagão Félix no seu início de funções, já estivessem em curso algumas dessas alterações ou alguns dos procedimentos relativos à concessão de crédito. Isso alguma vez foi discutido?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Luís Campos e Cunha**: — Peço imensa desculpa, não quero fugir à questão.

A minha presunção é a de que teremos falado porque lembro-me do tal programa Líder. Portanto, certamente que falámos nesse contexto e lembro-me que a Caixa Geral de Depósitos estava a perder quota de mercado nas PME (pequenas e médias empresas). Certamente que falámos alguma coisa sobre isso. Os termos concretos, honestamente, não me recordo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, relativamente à componente internacional do Grupo Caixa e à reorganização que estava a ser preparada qual era a avaliação que era feita?

É que, como sabe, nos anos anteriores houve decisões relevantes relativamente ao posicionamento do Grupo Caixa — principalmente em Espanha — e a avaliação que era feita era negativa. Foram tomadas algumas iniciativas no sentido de tentar, de alguma forma, recuperar? Portanto, o que queria perguntar é se havia uma definição clara daquilo que devia ser feito em termos de internacionalização da Caixa, se havia uma definição clara daquilo que devia ser feito em relação a Espanha e se o que veio a ser feito depois, pela administração que veio a suceder àquela com que o Sr. Professor trabalhou, foi em linha com aquilo que estava a ser preparado ou representou uma rutura em relação a isso?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Luís Campos e Cunha**: — Só tenho dificuldade em responder a uma parte. É que eu não sei o que é que a administração seguinte fez sobre Espanha. Pura e simplesmente, não sei.

Lembro-me que, na altura, havia três pequenos bancos. Todo o investimento que se fez em Espanha, em termos bancários, foi ruinoso. Não sei se houve algum ano que tenha dado algum lucro mas tenho a maior das dúvidas. Houve uma tentativa, ainda muito anterior disso, ainda eu estava no Banco de Portugal e lembro-me, de tentar adquirir um banco maior. Houve uma ou duas tentativas, que também falharam e, portanto, era uma situação complicada.

Havia, grosso modo — estou a citar de cor e, portanto, peço-vos aqui alguma reserva para a minha memória, pois as barbas brancas começam a pesar na memória —, três hipóteses: uma era fundir num banco só; outra era tentar vender a um banco grande e ficar com uma pequena participação; a terceira era pura e simplesmente vender. Nessa altura, o Governo tinha como grande estratégia Espanha, era importante ir para Espanha e, se bem me

recordo, o que a Caixa estava a fazer era, seguindo essas orientações gerais — não direi seguindo mas direi em consonância com essas orientações gerais —, reorganizar os três pequenos bancos que estavam em Espanha, fundindo-os num só, presumo eu, mas já não me recordo bem.

O que mais tarde aconteceu, para dizer a verdade, nem sei; julgo que tentaram vender mas, na verdade, nem sei o que se passou.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, para concluir, tinha duas questões. A primeira tem a ver com um assunto que já foi falado nas questões colocadas pelo Sr. Deputado Moisés Ferreira e tem a ver com o papel que a Caixa Geral de Depósitos assumiu relativamente a negócios privados.

O que pergunto é se, em concreto, relativamente ao que se passou no BCP — porque o Sr. Professor também disse, e é verdade, que a política e a estratégia para a concessão de crédito é essencialmente definida pela administração, não cabe ao acionista definir os critérios para atribuição de crédito, obviamente dá orientações gerais mas essa política é da equipa de gestão —, com a escala que aconteceu, ou seja, a intervenção da Caixa Geral de Depósitos naquilo que foram lutas de poder no BCP, o Sr. Professor entende que é possível um nível tal de intervenção, designadamente através da concessão de créditos, sem que um Governo se aperceba e, junto da equipa de gestão, tome uma posição no sentido de proteger um banco público, envolvendo-se numa guerra deste género numa instituição financeira privada?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Luís Campos e Cunha**: — É difícil o Governo não saber que a Caixa Geral de Depósitos estava envolvida numa guerra entre privados e estava a servir de financiador porque isso vinha nos jornais. Mesmo que não tivesse tido oportunidade de falar com a administração de então, estava nos jornais, toda a gente sabia; eu soube e já não era ministro, a administração já era outra mas, de facto, vinha nos jornais. Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar.

Não sei se respondo à sua pergunta mas julgo que ela é posterior a mim, é posterior à administração com que eu tive de lidar.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, muito rapidamente, e só para complementar a resposta que deu, pois é óbvio que é posterior, a pergunta que faço é, se não tivesse sido posterior e se o Sr. Professor, enquanto ministro, tivesse visto, ouvido e lido, teria permitido que a Caixa Geral de Depósitos se mantivesse envolvida daquela forma em negócios privados?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Luís Campos e Cunha**: — Evidentemente, só posso dizer que sim, mas gostaria de dizer também que é preciso estar nessas circunstâncias para, com toda a credibilidade, poder dizer sim. Obviamente que, pelo menos, teria pedido informações à administração sobre o que se estava a passar, porque estamos a falar de valores muito vultuosos e a Caixa tem uma missão, estrategicamente, que não é andar a participar em guerras entre privados. Portanto, muito provavelmente, estaria a passar as

orientações estratégicas à Caixa que, certamente, não passavam por financiamento de privados para fazerem guerra a outros privados.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor.

Passamos agora ao Grupo Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, gostava também de cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o Professor Luís Campos e Cunha e agradecer as respostas que já deu, que fazem alusão a várias práticas dos sucessivos governos, na forma como lidam com a Caixa Geral de Depósitos. Teve o cuidado de dizer que algumas dessas práticas poderiam não ser as melhores mas parecem-lhe, ainda assim, melhores do que as que vieram substituí-las.

Disso resulta, em primeiro lugar, que podemos concluir que, muitas vezes, a gestão e a nomeação das administrações da Caixa obedeceram mais a um critério político do que a um critério financeiro e de interesse nacional, independentemente de ter sido nomeado um gestor associado ao maior partido da oposição ou do seu próprio partido.

Nos dois casos, o critério é estritamente político, ou, pelo menos, preponderantemente político, e a história mostra-nos que também se não zelou tanto pelo interesse nacional quanto podia. Talvez por isso tenha dito que não é a melhor solução mas é melhor do que aquela que veio a substituí-la.

Que a Caixa Geral de Depósitos foi utilizada, a pretexto da manutenção de posições portuguesas no capital bancário, como financiador de projetos no âmbito daquilo a que, até agora, os Srs. Deputados e o Sr. Professor chamaram guerras entre privados, também não é segredo, todos testemunhámos isso.

A verdade é que a conclusão política a que julgo que devemos chegar é a de que, não sendo possível defender posições portuguesas no capital bancário sendo ele privado, não podemos é permitir — isto não é uma pergunta evidentemente porque eu já sei também a sua resposta sobre isto — que a banca continue nas mãos de privados porque é demasiado importante para que o capital fique nas mãos de estrangeiros, como, aliás, está neste momento a suceder. E se o Novo Banco vier a ser entregue a privados, então, ficamos com mais de 60% do capital bancário nas mãos de grupos financeiros estrangeiros.

Gostava de precisar, das respostas que deu, uma resposta que me pareceu contraditória com outra, mas posso ter interpretado mal. Nessa pressão que foi exercida sobre o Ministro das Finanças pelo Primeiro-Ministro para a demissão da administração, foram indicados os nomes que o Primeiro-Ministro pretendia para a substituição da administração ou não foram?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Luís Campos e Cunha**: — Foram sugeridos dois nomes, que foram aqueles que eu referi. Nunca se chegou alguma vez, sequer, a conversar sobre quem seria a administração — «fale com eles, converse com eles, conheça-os melhor», coisas deste género. Quer dizer, conversar com eles, posso conversar, e conversei, mas não convidei ninguém.

O Sr. **Miguel Tiago (PCP)**: — Aqueles dois nomes faziam parte da vontade do Primeiro-Ministro, que queria colocar aqueles dois nomes na administração da Caixa, e apresentou-lhe esses dois nomes não associados a uma estratégia, a uma alteração de estratégia para a instituição e para a

organização Caixa Geral de Depósitos, nem a uma outra equipa, nem a um projeto concreto?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Luís Campos e Cunha**: — Exatamente.

Já agora, sobre a questão de bancos privados...

O Sr. **Miguel Tiago (PCP)**: — Como se fosse: «Tenho ali uns amigos e gostava que os conhecesse».

O Sr. Prof. **Luís Campos e Cunha**: — Como?

O Sr. **Miguel Tiago (PCP)**: — Como se fosse: «tenho ali uns amigos e gostava que os conhecesse».

O Sr. Prof. **Luís Campos e Cunha**: — Eu não ponho assim, nesse ar jocoso, mas, quer dizer, não era muito longe...

Lembro-me que, a certa altura, disse: «bom, falo com eles, tento conhecê-los um bocadinho melhor». E telefonei ao Dr. Santos Ferreira, para o convidar para almoçar ou uma coisa qualquer, para satisfazer e para adiar e protelar tudo o que tivesse a ver com o assunto. Ele estava em Macau ou em Hong Kong, já não me recordo, estava no Oriente, e disse-me que era administrador ou presidente de um banco do Stanley Ho. A conversa morreu ali. Aliás, ele estava em Macau e ficou assim: «pronto, então, um dia a gente fala, vamos almoçar», o que nunca aconteceu.

Com o Dr. Armando Vara fui almoçar. E lembro-me bem porque aí foi tudo muito pensado antecipadamente. Posso dizer-lhe quase a mesa do restaurante onde estivemos. Estava um dia muito bonito — como sabe, 2005

foi um ano de grandes incêndios e isto foi para aí em junho — e estivemos cá fora a almoçar, num restaurante agradável, nada de extraordinário, e fiz questão, desde logo, no início, de dizer que quem está aqui a falar são dois amigos, não é o Ministro das Finanças e o diretor da Caixa, são dois amigos. No final, para que isso fosse claro e óbvio, quando veio a conta, paguei em notas, peguei na conta e, em frente dele, rasguei a conta ao meio. No Ministério das Finanças não há nenhuma conta desse almoço, fui eu que o paguei do meu bolso para mostrar claramente que aquilo não era um almoço de trabalho, era um almoço entre duas pessoas. Nós conhecíamos-nos, tínhamos amigos em comum, não somos íntimos, não somos muito próximos, mas eu conheço-o há muitos anos. E foi assim, foi muito claro, lembro-me perfeitamente, porque foi muito pensado do meu lado e, por isso, destes detalhes, por acaso, lembro-me.

Quanto à outra questão, não julgo que todas as administrações da Caixa tenham sido nomeadas por critérios exclusivamente políticos. Não acho isso. O que eu disse foi apenas que o presidente da Caixa ser alguém... Ninguém pensa que o Dr. João Salgueiro obedece, quer dizer, ele tem um estatuto suficientemente independente do Partido Social Democrata para não estar às ordens do Partido Social Democrata, e o mesmo se passa com o Dr. Rui Vilar, que é uma pessoa próxima do Partido Socialista, nem sei se filiada, mas também não está às ordens do Partido Socialista, como é evidente. São pessoas com um estatuto que lhes permite essa independência.

O que disse foi apenas que o facto de o presidente da Caixa Geral de Depósitos ser uma pessoa afeta, ligada, conotada com o partido da oposição significa que haverá mais cerimónia em tentar fazer pressões de carácter político, e isso é bom.

A Caixa resistiu muito bem à confusão toda do PREC (Processo Revolucionário em Curso), às nacionalizações e aos problemas que houve a seguir e vários bancos...

Risos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto numa resposta ao PCP, Sr. Professor...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, isto é uma Comissão de Inquérito. Façam o favor de deixar o Sr. Professor continuar.

O Sr. Prof. **Luís Campos e Cunha**: — Com as nacionalizações houve muitas empresas que foram mal geridas, foram politicamente geridas e mal geridas, entraram em semifalência. Todos os bancos fizeram generosos empréstimos a essas empresas, estava tudo, ou quase tudo, nacionalizado, e a Caixa Geral de Depósitos, apesar de tudo, conseguiu resistir. Tem uma tradição de ser um banco público e de não ser apenas um pau-mandado do Governo. E isso é bom! Isso era reforçado pelo facto de as pessoas que lá estavam não serem diretamente conotadas com o partido do Governo, o que era bom e permitiu à Caixa ter uma solidez que outros bancos não tiveram. Quando foram privatizados, muitos deles, estavam em situação muito, muito difícil.

Quanto a bancos públicos e bancos privados, não queria estar a entrar nesse género de coisas, não...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sobre isso também não lhe perguntei nada.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Como?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sobre isso também não lhe perguntei nada!

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Ah, pronto! Ainda bem.

O Sr. **Presidente**: — Não, limitou-se a constatar que havia uma diferença de pontos de vista óbvia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ia explicar a minha!

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Peço desculpa, pensei que era uma pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Primeiro-Ministro José Sócrates sugere-lhe dois nomes sem anexar, digamos assim, sem apensar a essa proposta qualquer alteração estratégica. Portanto, os dois nomes eram a proposta em si.

Na Assembleia Geral da Caixa, ainda durante o seu mandato, o Governo, de certa forma, reforça a confiança na administração.

Qual era o acompanhamento de então do Conselho de Ministros e do Primeiro-Ministro à Caixa Geral de Depósitos? A intenção de voto do Governo manifestada naquela Assembleia Geral foi uma manifestação da sua estrita vontade ou foi discutida com o restante Governo, nomeadamente com o Primeiro-Ministro?

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Tem de ser dito que o Governo reafirma a confiança na administração, isso faz parte do Código das

Sociedades, pelo menos de então. Se isso não for dito, julgo que a administração é automaticamente demitida, mas não sou jurista.

Portanto, só seria verdadeiramente notícia se não estivesse lá, porque, não estando lá, a administração caía. Como esse não era o meu objetivo, dei instruções no sentido de votar favoravelmente uma frase relativamente curta que satisfizesse, do ponto de vista legal, a continuidade da administração.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago (PCP)**: — Pois, mas que acompanhamento é que o Primeiro-Ministro fazia da ligação entre o Governo e a Caixa, sendo que o Primeiro-Ministro já tinha intenções de não permitir que aquela administração continuasse?

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Ouça uma coisa, julgo que já lhe respondi a essa pergunta, mas posso responder novamente.

Os problemas que havia em cima da mesa eram problemas de início de mandato, eram problemas avassaladores do ponto de vista financeiro, do ponto de vista financeiro do Estado, do ponto de vista orçamental, do ponto de vista fiscal, do ponto de vista internacional e, portanto, na parte que me competia, honestamente, também não havia muito lugar — até porque as reuniões eram curtas e muito espaçadas — para se falar muito de Caixa Geral de Depósitos, excetuando aquilo que já referi.

Portanto, a maior parte das vezes estávamos a falar era de saber o que se fazia com o Programa de Estabilidade e Crescimento, coisas deste género. Era preciso que fosse aprovado pelo Governo e custou muito, muito tempo até conseguir ter orientações para que isso se pudesse fazer.

O Primeiro-Ministro teria, certamente, outros problemas, também graves, noutras áreas que não me diziam diretamente respeito. Lembro-lhe

só que foi o maior ano de incêndios deste século, julgo, se calhar, pelo menos desde que há registos. Foi um ano particularmente propício a incêndios e, de facto, foi uma calamidade. Portanto, esse era um aspeto de que se falava muito, incluindo em Conselho de Ministros, porque, de facto, o que estava a acontecer no País era uma coisa muitíssimo grave, era grave e era urgente.

Mas os grandes problemas eram o Programa de Estabilidade e Crescimento e o Orçamento rectificativo. Esses eram os grandes problemas que preocupavam o Ministério das Finanças e me preocupavam a mim, como Ministro. Tínhamos a preocupação de ver aprovado em Bruxelas um programa, como lhe digo, tecnicamente muito bem feito, que permitia, pela primeira vez, termos três anos para conseguir a consolidação orçamental e que, pela primeira vez, apresentava um horizonte temporal de cinco anos, que, aliás, coincidia com o mandato do próprio Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Para terminar, vou só colocar uma questão.

Já foi aqui citada uma entrevista em que refere que surgiram coisas estranhas — julgo que o termo é esse, precisamente —, e surge essa consideração associada à ligação partidária dos administradores. Na resposta que deu ao Sr. Deputado Moisés Ferreira, resumiu-a a um problema: antes havia a prática de nomear um presidente do Conselho de Administração ligado ou, de certa forma, conotado com o partido da oposição, essa prática perdeu-se e, portanto, é isso que identifica como uma coisa estranha que se iniciou no mandato de Manuela Ferreira Leite e que depois, durante o mandato de José Sócrates, terá sido ainda pior.

Mas na mesma entrevista também refere que o surgimento dessas coisas estranhas terá gerado problemas. Não pode estar apenas a referir-se

ao facto de, de um dia para o outro, ter passado a ser comum nomear-se um administrador que fosse do mesmo partido do Governo. Isso, em si mesmo, pode aumentar a suspeita, pode, de certa forma, fragilizar a tal barreira que referiu dever existir entre o Governo e a administração da Caixa. Mas não é lícito deduzir-se daí, diretamente, que, a partir daí, há um favor político, a não ser que seja possível identificar num ato de administração, num ato de concessão de crédito ou numa não cobrança de um crédito alguma questão concreta.

Diz, nessa mesma entrevista, que não é de estranhar que agora se sintam os problemas, porque na banca os problemas surgem cinco anos depois dos erros. Ora, dá a entender que daquela nomeação não resultou apenas um prejuízo para a transparência, pode ter resultado um erro de administração, um erro de política de concessão de crédito, uma fragilização da transparência da Caixa e da prudência com que a Caixa deveria ser gerida.

Tem conhecimento concreto de algum crédito, de alguma operação financeira realizada no momento em que diz terem começado a surgir coisas estranhas que lhe permita dizer que essa alteração na prática de um governo — a de deixar de nomear um presidente associado a um outro partido para passar a nomear presidentes próximos do seu próprio partido ou até, como foi o caso, integrantes do seu partido — constitui um dos problemas que, cinco anos mais tarde, se refletem nos prejuízos do banco? Ou isto é uma consideração geral em que diz «bem, puseram lá uns tipos que são do mesmo partido que eles e, portanto, é normal que isso tenha dado problemas», sem saber, de facto, quais?

Esta é uma questão que poderia contribuir para percebermos a dimensão da instrumentalização política ou partidária da Caixa Geral de Depósitos, se ela existiu nestes momentos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Posso só pedir um favor? Quero dizer, não me lembro das entrevistas todas que dei, não estou a renegar nada, só gostava de saber quando é que ela foi dada, que já não me recordo. É que as expressões têm uma data e um prazo de validade.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Olhe, o que tenho aqui é uma impressão do DN (*Diário de Notícias*) e não lhe consigo dizer exatamente a data, mas é recente, de 23 de junho de 2016, segundo a mesma fonte.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Ora bem, vamos lá ver. Vamos dividir as coisas por partes.

Eu não estou a dizer que, quando se alterou aquela regra de que falei há pouco, que era uma regra não escrita, imediatamente no dia seguinte foi a desbunda e que daí para a frente o Ministro passou a dar os créditos aos amigos. Não foi nada disso!

O que estou a dizer é apenas que aquela regra, aquela parede que, apesar de tudo, havia entre a administração e o Governo desapareceu. Não foi no dia seguinte que os problemas surgiram. Os problemas surgem é quando aparece alguém que põe uma administração na Caixa e que depois, por exemplo, com base nisso, está a financiar uma guerra dentro do BCP e depois até a própria administração vai para a administração do BCP. Estas é que, para nós, são coisas estranhas. Para mim, são coisas estranhas. Acho tudo isto estranho!

Foi lucrativo, se há seguros desses créditos não tenho essa informação, certamente quem tem informação é a administração da Caixa. Mas sabemos quanto é que... Nessa altura, as ações do BCP devem ter sido adquiridas aí à volta dos 2 € ou 3 €; entretanto, foi redenominado e, portanto, é difícil comparar, mas agora estavam para aí a 0,02 € ou a 0,03 €. Portanto, estamos

a falar... As garantias que depois foram dadas praticamente desapareceram, não é? Portanto, perdeu-se 90 e muitos, quase 100% do valor dessas garantias que eram dadas para financiar os investidores que queriam uma guerra no BCP.

Aliás, guerras nos bancos é uma coisa que devemos evitar. Quero dizer, não só não se deve fomentar, não se deve financiar, como é mau para o próprio sistema, para todo o sistema. Não é só, naquele caso, para o BCP, é para todo o sistema.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Aceitar como garantia as ações que se vão comprar com o empréstimo, então, é um verdadeiro disparate.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Ora bem, de facto, não é, certamente, a melhor operação que se possa fazer, do ponto de vista da solidez dessa operação. As coisas estranhas são o que se passa. Como digo, cinco anos depois temos uma administração que começa a fazer coisas destas, que acho estranhas e nunca foram esclarecidas e, provavelmente, nunca foi sequer avaliada qual é a situação da segurança desses empréstimos e desses créditos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor.

Se não virem nenhum problema, vamos fazer uma pequena alteração na ordem das intervenções porque o Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira vai fazer a intervenção em nome do Partido Socialista mas tem de se ausentar. Portanto, julgo que o PSD não se opõe a ficar para o fim e a que fale agora o Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Já agora, posso dizer que a razão de me ausentar tem a ver com a minha ida a uma estação televisiva, não vou nomear qual, e, de facto, não se pode alterar as grelhas. Mas agradeço ao PSD e ao Presidente esta amabilidade.

Queria, antes de mais, saudar o Prof. Campos e Cunha, meu estimado colega de profissão e de atividade.

Visto que já estamos numa parte relativamente adiantada desta audição e também que a sua responsabilidade enquanto Ministro foi limitada no tempo, acho que podemos aproveitar um pouco esta audição para refletir em termos de questões que, no fundo, implicitamente estiveram subjacentes à sua intervenção, quando falou na questão da sua demissão e da alegada interferência do poder político na demissão de gestores.

Vou colocar a questão precisamente do ponto de vista do modelo de governação e de relacionamento do poder político com a Caixa, ou seja, à luz da sua experiência de 2005, de como vê a aplicação, digamos assim, do estatuto do gestor público, nomeadamente em dois artigos que passo a ler, porque vale a pena lê-los, sobre a demissão dos administradores. No fundo, é dessa questão que estamos a falar.

O artigo 25.º do estatuto do gestor público diz o seguinte: «O gestor público pode ser demitido quando lhe seja individualmente imputável uma das seguintes situações: *a)* A avaliação de desempenho seja negativa (...); *b)* A violação grave (...) da lei ou dos estatutos da empresa; *c)* A violação das regras sobre incompatibilidades e impedimentos; *d)* A violação do dever de sigilo profissional.»

Relativamente ao artigo 26.º, que tem o inacreditável título de «Dissolução e demissão por mera conveniência», vou ler só o ponto 1, que diz, pura e simplesmente: «O conselho de administração, a comissão executiva, o conselho de administração executivo ou o conselho geral e de supervisão podem ser livremente dissolvidos ou o gestor público livremente

demitido, consoante os casos, independentemente dos fundamentos constantes dos artigos anteriores». Ou seja, o artigo 25.º elenca um conjunto de motivos que nos parecem válidos...

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — E o artigo 26.º contraria tudo!

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — ...e o artigo 26.º diz assim: «independentemente de tudo o que está dito atrás, nós podemos demitir». Acha isto razoável no relacionamento com uma administração de uma empresa pública em geral e de uma Caixa Geral de Depósitos em particular?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Não, não acho razoável e sugeria realmente — devo dizer-lhe que não tinha consciência desses artigos — um esforço ao Parlamento no sentido de os alterar e dar consistência, porque um artigo diz: «Estas são as condições» e o outro diz assim: «Em qualquer circunstância pode fazer o que quiser» e, portanto, acho um bocadinho incongruente, de facto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — Já agora, Sr. Professor, o estatuto de gestor público é posterior à sua... portanto, não existia na altura. A primeira versão é de 2007 e depois teve quatro alterações posteriores, portanto, não existia à data, mas dá para equacionarmos um bocadinho o tipo de relação.

Esta questão tem atualidade para se tornar claro — e isso faz a ponte com a minha segunda pergunta — que o decreto-lei aprovado em 2016, em relação à Caixa Geral de Depósitos, a retirava do estatuto de gestor público, baseando-se numa coisa que é um facto insofismável, mas gostava também de ter a sua opinião sobre ele, que é o seguinte: o enquadramento atual da instituição Caixa Geral de Depósitos, bem como dos restantes bancos privados portugueses, não só da Caixa Geral de Depósitos, o enquadramento institucional de regulação é muitíssimo mais alargado e tem uma forte intervenção, que eu diria salutar, mas gostaria de ter a opinião do Sr. Professor, quer do Banco de Portugal, quer do Banco Central Europeu, a variadíssimos níveis. Desde logo, ao nível da avaliação das competências dos próprios indigitados para a administração.

Parece-me que este modelo — mas gostava de ter a sua opinião sobre isto — é um modelo bastante mais isento, até, do que o modelo que vigorava, supostamente, segundo as suas palavras, até essa altura, mas, em particular, nas nomeações do Dr. Rui Vilar e do Dr. João Salgueiro, de haver um responsável ou uma pessoa competente e reconhecida, do partido da oposição, a chefiar o Banco.

Digamos que esse modelo é interessante mas, na minha opinião, e gostava de ter a sua, este modelo ainda é mais interessante, ou seja, é uma terceira entidade que não é o Governo — aliás, o Banco de Portugal não é Governo e o Banco Central Europeu ainda o é menos — que avalia da credibilidade, primeiro, de um plano de negócio e, segundo, da própria administração. Portanto, gostava de ter a opinião do Sr. Professor sobre este ponto também.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Tive o cuidado de chamar a atenção de que o modelo informal, ou a regra informal, que vigorava no passado não era a ótima, no meu ponto de vista, mas era certamente melhor do que a seguinte. Foi só esse ponto que eu estava a querer referir.

As novas regras, de facto, têm a ver com a nova... Enfim, têm a ver com as alterações de *governance*, de supervisão e de *governance* das instituições financeiras e dos bancos que decorrem do novo enquadramento europeu, em boa parte, não totalmente, pois há sempre umas aplicações nacionais que são ligeiramente diferentes, mas *grosso modo* têm a ver com a nova abordagem na supervisão das instituições europeias em relação aos grandes bancos.

Tenho alguma dificuldade em falar, se me permite — e não sei se isso é possível e se não for terei de falar —, porque estou ligado a um banco privado em Portugal e, portanto, tecer considerações sobre o Banco Central Europeu ou sobre o Banco de Portugal, sendo esta, ainda por cima, uma comissão de inquérito sobre uma coisa que se passou na Caixa Geral de Depósitos no período de governação de um Governo onde estive quatro meses, há 12 anos. Eu não acho que deva falar, acho que é uma questão de pudor.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — O modelo no geral...

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — É uma questão de pudor.

Acho que, muitas vezes, todas estas regras podem tornar-se — esse é o perigo — apenas em regras burocráticas e que têm como finalidade não resolver o problema fundamental da estabilidade, da boa governação, disto e daquilo, mas de ninguém poder acusar o supervisor de não ter feito o melhor dos seus esforços. Portanto, veremos... A aplicação é muito recente, a aplicação dessas regras tem um ano — algumas delas já entraram antes mas

aquelas de que está a falar têm basicamente um ano — e, portanto, é natural que todas estas regras devam ser avaliadas e reavaliadas, digamos, daqui a três, quatro anos, porque não é agora que vamos conseguir detetar quais são os aspetos positivos e negativos.

Tenho algum receio — e não é de agora, digamos, mas dos últimos cinco, seis anos, portanto, ainda antes do movimento europeu ter uma união bancária — de que muita da legislação e da regulamentação que aparece em relação às instituições bancárias e às administrações financeiras, muitas vezes, seja motivada pelo problema do dia anterior.

Depois, não veem o problema como um todo e, portanto, subsistem todos os outros controlos e mais outros 23 que são introduzidos, e depois se aquilo dá qualquer... Se falarem com qualquer pessoa que esteja ligada a um banco saberão que uma percentagem enorme do tempo do conselho de administração e da comissão executiva é apenas para tratar de problemas de carácter regulamentar. Portanto, o negócio propriamente dito e a atividade de gerir uma empresa e de gerar valor muitas vezes tem um lugar... e isso penso que é mau para as instituições.

No entanto, é evidente que o facto de haver um órgão ou uma instituição não nacional e uma instituição independente como o Banco de Portugal a olhar com mais cuidado, e com direito a fazê-lo, para as administrações, aí, sim, é um facto positivo.

Aliás, em geral, se me permite, algures, em alguma entrevista ou em algum artigo que escrevi há muito tempo, defendi algo semelhante para todas as empresas públicas. Depois houve o CRESAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública), que tinha alguns defeitos mas que tinha, apesar de tudo, alguma virtude, porque permitiria — e eu vi-me confrontado nesses quatro meses com problemas desse género —, certamente, que houvesse algum pudor em sugerir determinados nomes, por manifesta incompetência, para a gestão de empresas públicas, sejam elas

quais forem e não estou a falar agora em instituições financeiras. Portanto, acho que era importante, por exemplo, haver uma audição parlamentar em alguns casos.

É preciso também não partidizar o parecer do Parlamento sobre determinados nomes que possam ser propostos para determinadas empresas públicas, mas julgo que isso evitava, logo à cabeça, que determinadas pessoas fossem sugeridas para determinadas empresas públicas, provavelmente.

O Sr. Paulo Trigo Pereira (PS): — Um breve apontamento para dizer que, neste caso concreto, houve nomes de não executivos que foram vetados e houve nomes em que se sugeriu, digamos, aumentar a sua formação em banca. Portanto, acho que há resultados positivos.

Já agora, também posso lembrar que ainda há pouco tempo na Comissão de Orçamento e Finanças, tendo sido relatora a Deputada Inês Domingos, quando fizemos uma apreciação de uma pessoa para uma entidade reguladora — que posso designar, dado que é tudo público —, a CMVM, nós, comissão parlamentar, sugerimos que essa pessoa fizesse formação. Portanto, nós também atuamos um bocadinho nessa base.

Sr. Professor, indo agora muito concretamente à questão do seu período, os seus antecessores que passaram por aqui, a Dr.^a Manuela Ferreira Leite e o Dr. Bagão Félix, disseram uma coisa que, eventualmente, o Sr. Professor corroborará, que foi: «Nós temos poucas conversas com os presidentes dos conselhos de administração e, geralmente, o tópico mais interessante é a questão da distribuição dos dividendos do banco, em termos do Orçamento do Estado». Visto que o Sr. Professor apanhou aquela fase do Programa de Estabilidade, houve alguma conversa sobre essa matéria ou não?

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — No ano anterior não havia dividendos possíveis para serem distribuídos. Portanto, se bem me recordo, não houve dividendos, do que me recordo.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Lopes Soares pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Professor, que cumprimento, queria, de forma muito rápida, dizer apenas ao Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira, com todo o respeito, que não me recordo nem tenho memória — nem eu nem nenhum Deputado desta bancada e não era que isso me afligisse, mas, de facto, não houve nenhum depoente...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a interpelação à Mesa é dirigida a mim.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Com certeza.

Então, pedia ao Sr. Presidente que tivesse o mesmo cuidado que eu tenho de fazer aqui este apelo à memória, para não termos de recorrer a nenhuma ata, dado que não me lembro de a Dr.^a Manuela Ferreira Leite ou de o Dr. Bagão Félix dizerem que as conversas mais apelativas que tinham com o conselho de administração eram sobre a distribuição de dividendos, porque colocar as coisas desta forma — o depoente teve a oportunidade de

dizer que não ouviu as audições anteriores — leva a que as respostas possam ser completamente enviesadas. Isto é uma Comissão de Inquérito e convinha que houvesse algum rigor na citação dos anteriores depoentes, o que, de facto, não aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira, faça favor.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é como uma interpelação à Mesa e, por isso, agradecia que não contasse o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — Quer com o Dr. António de Sousa, quer com a Dr.^a Ferreira Leite — podemos, depois, ver as horas em que estive aqui — houve uma questão sobre se havia reuniões frequentes com o presidente do conselho de administração, ao que terá referido que não havia muitas reuniões e que havia um tópico que era geralmente importante, que era o tópico da distribuição de dividendos.

Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, se quiser, é uma questão de se ver as 10 horas de audições e verificarmos se o Sr. Deputado tem razão, mas acho que isso não...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Daí ao que disse vai uma diferença muito grande!

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — No seu entendimento, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — *Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não vou deixar generalizar um debate entre dois Deputados numa interpelação. Portanto, Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira, está no uso da palavra, faça favor de continuar.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — A última questão que tenho para colocar é a seguinte: já percebi, pelas suas respostas, que não foi muito conversado e que era difícil conversar com o Primeiro-Ministro, mas com o Dr. Vítor Martins falou várias vezes, e falaram na questão de Espanha e do Brasil.

O Sr. Professor já aqui referiu que, de facto, no caso de Espanha os resultados foram maus. Gostava que o Sr. Professor pudesse elaborar um bocadinho mais sobre se o acionista deu algumas orientações estratégicas em relação a esta matéria, ou não, se delegou completamente na administração, para nós percebermos, até, como é que aquele artigo que eu referi inicialmente, artigo que foi reprimado em sede de Orçamento do Estado, ou seja, apesar de o artigo 25.º, não o 26.º, estar novamente a aplicar-se, o artigo 25.º diz que um dos motivos da demissão é o presidente do conselho de administração não cumprir com o plano de atividades descrito no decreto-lei não sei quê, não sei que mais...

Portanto, em resumo, o que interessa saber — e usando a sua experiência pessoal desse período muito limitado — é se há algum tipo de orientações claras que tenham sido dadas na sua altura que se possa dizer, *a contrario*, que se o Dr. Vítor Martins não tivesse acatado as suas hipotéticas — e essa é a questão que lhe coloco — orientações poderia vir a ser demitido.

Não sei se está a perceber o contexto da minha pergunta. O que quero saber é se há orientações suficientemente explícitas para que possam ser

violadas e isso ser motivo de demissão. Se as houve nessa altura, durante esse período...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Devo dizer que, para já, citar os artigos 25.º, 26.º... Se percebi bem, são de um documento de 2007. Estive lá em 2005.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira (PS)**: — São regras que se aplicam hoje, mas o que me interessa saber é se a relação da tutela com o Presidente do Conselho de Administração é suficientemente explícita do ponto de vista das orientações estratégicas para elas poderem ser violadas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Como referi, tive conversas com o Dr. Vítor Martins e as minhas preocupações fundamentais naquele momento tinham a ver com a situação macroeconómica do País, que era muito grave. Agora parece uma coisa pequena ter 6,2% de défice mas naquela altura não era. Oficialmente, era o País da União Europeia com maior défice oficial, estávamos em procedimento por défice excessivo e com regras que estavam a minar a nossa reputação.

Aliás, consumou-se nessa altura uma ameaça que vinha detrás, do meu antecessor e que se consumou no meu período, que foi a descida do *rating* por uma das grandes agências, não recordo agora de qual, se a Stanley &

Poor's ou a Fitch. Isto tudo para dizer que essas preocupações eram as dominantes.

Em segundo lugar, teria tido oportunidade de discutir aspetos mais estratégicos de médio e longo prazo com a Caixa Geral de Depósitos no contexto de uma nova *governance*, porque uma nova *governance* é decorrente e é ela própria uma forma de intervenção estratégica na gestão de um grupo. Portanto, nesse contexto tudo apareceria. Como nem sequer se chegou essa fase, nem sequer tive grandes discussões estratégicas de facto.

Em relação a Espanha, não me recordo já dos termos exatos em que a discussão se passou. Talvez o Dr. Vítor Martins tenha alguma recordação do que eu poderei ter dito, comentado ou perguntado, mas, mais uma vez, em última instância, quem tem de gerir os bancos de Espanha é a gestão da Caixa Geral de Depósitos. Não é o Ministro que vai dizer: «eu acho que é assim ou acho que é de outra maneira.»

Uma decisão de desinvestir poderá já ser um pouco diferente mas uma reorganização, passando de três bancos para um, faz parte. Até porque estavam a dar prejuízo e a situação era insustentável ou, melhor, era certamente gravosa para a Caixa Geral de Depósitos.

Quanto aos dividendos, por um lado, não houve essa discussão porque não havia dividendos, ao que me recordo — ou se os houve foi alguma coisa de simbólico — e, por outro, olhe que os privados não são muito diferentes. Um investidor privado quer saber é quanto é que lhe rendeu aquele investimento e, portanto, não me parece que seja assim tão, tão diferente, admitindo que isso se passou com outros anteriormente, do que vejo nos investimentos privados.

As pessoas podem discutir estratégia, podem discutir isto e aquilo mas, no final, o que querem saber é de quanto é a remuneração que vão ter do capital empatado, qual é o risco que estão a correr.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, à última intervenção, do Sr. Deputado Carlos Costa Neves, do PSD.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria cumprimentar o Sr. Professor Luís Campos e Cunha, associar-me ao agradecimento pela sua presença e, como sou o último a intervir, agradecer também as muitas respostas que foi dando e fomos ouvindo.

Pelas muitas respostas que fui ouvindo, algumas das minhas questões são pedidos de confirmação ou de especificação, o que o Sr. Professor compreenderá.

Nessa linha, gostaria de começar por salientar que quando, em fevereiro de 2016, foi condecorado pelo Sr. Presidente da República pelo exercício das suas funções como Ministro das Finanças apesar de as ter exercido apenas quatro meses, o que valorizo, porque acho que o foi muito justamente, o Sr. Professor teve oportunidade de dizer que serve o País de várias maneiras e que, quando se demite de funções por entender haver razões para tal, isso também é um serviço.

Queria associar-me a esse seu juízo. E nessa altura acrescentou que nesses quatro meses fez coisas importantes e saiu por razões que são hoje mais evidentes.

Em função de todas as respostas que já deu, estou a concluir bem que a pressão para a substituição da administração da Caixa Geral de Depósitos foi uma questão central nessa sua decisão? Sou levado a afirmar isto por pensar que deve ser realmente insustentável resistir a um primeiro-ministro que repetidamente exige a demissão da administração da Caixa Geral de Depósitos. Isto é, era possível manter-se em funções numa situação dessa?

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. Luís Campos e Cunha: - Isso dependia, evidentemente, do primeiro-ministro.

Os ministros das Finanças — agora não estou a falar nem deste nem daquele mas em geral —, provavelmente, em relação aos primeiros-ministros, na maior parte das coisas, dizem não. É a função deles. Um bom ministro das Finanças, na maior parte das coisas, diz ao primeiro-ministro: «isso não pode ser». Depois depende do primeiro-ministro achar, ou não, que esse não é razoável. O Primeiro-Ministro de então não achava e, portanto, houve uma incompatibilidade.

Hesitei muito mas vou ler, não a razão da minha demissão, nem pouco mais ou menos, pois há uma longa lista de razões — a minha carta de demissão foi de três páginas e meia em letra pequenina —, mas um parágrafo sobre a Caixa Geral de Depósitos, em que dizia: «A pressão sistemática relativa à substituição da administração da Caixa Geral de Depósitos é contrária às reformas de que este Grupo necessita e recuso-me a alterar as pessoas sem uma estratégia, repetindo apenas os erros que os meus antecessores cometeram mas agora de sinal contrário. A nova *governance* da Caixa Geral de Depósitos vai demorar tempo e não se compadece com precipitações. Por outro lado, eu não farei aos outros o que me fizeram a mim». Depois vou para outros assuntos. Este é o parágrafo. O problema da estratégia e o problema da *governance* estão aqui.

Não sei se respondi à sua pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — O Sr. Professor pressentiu ou sentiu que aquele mais difícil acesso, gradual, ao contacto com o Primeiro-Ministro teve alguma coisa a ver com isto?

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Não. Começou logo com o problema da elaboração do Programa de Estabilidade e Crescimento, que é muito anterior a isso. Logo de início... Como disse, a 14 de maio foi a primeira demissão. Entrámos a 21 de março, oficialmente, e, portanto, estamos a falar de seis ou sete semanas depois. Se tirar o Programa do Governo, que tem de ser aprovado e que demora tempo, e a tomada de posse, estamos a falar de cinco semanas depois. Portanto, tenho muita pena de ter aceite...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Quando foi indigitado e antes de assumir funções, entendeu haver alguma orientação estratégica para a Caixa Geral de Depósitos da parte do partido que tinha ganho as eleições?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Não me recordo de alguma vez esse assunto ter sido discutido. Devia estar nalguma coisa genérica do programa eleitoral, mas, como sabe, os programas eleitorais só são importantes se não existirem porque, existindo, depois ninguém os lê. Portanto, geralmente, se existem, isso são coisas suficientemente genéricas para não ferirem a sensibilidade de ninguém.

Portanto, não foi uma questão que fosse central nas discussões que tive com o Primeiro-Ministro antes de aceitar. As questões fundamentais eram as questões macroeconómicas do País e a solução para elas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Portanto, Sr. Professor, não era de esperar que se voltasse «à carga», digamos, porque não havia carga anterior.

Quando é que foi manifestada a intenção da substituição da administração da Caixa ou de alguns dos seus elementos? O Sr. Professor tem ideia se isso foi cedo ou mais tarde? Ou seja, isso foi pouco depois de ter assumido funções? Foi logo uma grande prioridade ou foi mais tarde?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Eu diria que foi em crescendo. Começou a dizer-se: «Ah, vamos substituir a gente da Caixa Geral Depósitos». «Está bem, vamos ver, vamos estudar o assunto. Mas há coisas mais importantes e tenho de saber o que é que digo em Bruxelas. É isto ou é isto?» Estou a falar de uma forma relativamente clara e era isto mesmo que se passava.

Depois foi em crescendo. Mas também, em crescendo, aumentou a minha resistência a fazer alguma coisa nesse sentido e, portanto, a situação ficou assim.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Costa Neves (PSD): — Portanto, as prioridades do Sr. Ministro das Finanças e do Sr. Primeiro-Ministro eram diferentes.

As conversas sobre esta matéria foram exclusivamente com o Sr. Primeiro-Ministro e, portanto, não houve a indicação de quem quer que fosse mais, e a expressão «são os nossos inimigos» também é exclusivamente do Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Exatamente. Não há testemunhas, não terceiras pessoas para corroborarem o que estou a dizer, como é evidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Em relação aos nomes apresentados, Carlos Santos Ferreira e Armando Vara, era voz corrente já nessa altura e depois disso afirmações de Armando Vara no sentido de que «o Ministro não me quer, vai ser corrido». Confirma que não o quis? Alguma vez manifestou não o querer ou era uma questão só de substituição da administração?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Nunca considerei... O problema que se punha era o de demitir ou não demitir a administração e de voltar ao problema, dizendo: «há aqui um problema de *governance*, vamos tentar resolver o problema e poderá haver ajustamentos».

Por exemplo, podia passar a haver um presidente não executivo e haver um presidente da comissão executiva, podia haver administradores não executivos. Onze é um número razoável, grande mas não gigantesco para uma instituição daquele tamanho. Enfim, já houve administrações da Caixa bastante maiores.

Além disso havia os seguros, que neste momento já lá não estão, que era uma área muito importante do Grupo Caixa, havia o banco de investimento, havia um conjunto de outras instituições e nesse conjunto... Agora, demitir a administração da Caixa Geral de Depósitos era uma coisa

que estava fora das minhas cogitações. A partir do momento em que estudei o assunto e cheguei a essa conclusão...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): - O Sr. Professor contra-argumentava quando isso lhe era pedido de forma crescente? Posso considerar um contra-argumento o facto de numa Assembleia Geral da Caixa, em 17 de junho, ter sido manifestada confiança a Vítor Martins?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Julgo que já respondi.

Primeiro, a Assembleia Geral da Caixa, como o acionista é único, é uma coisa muito...

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): - É uma formalidade...

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — É um pequeno gabinete, onde, aliás, eu nem estive. Estava lá um representante porque era fácil. Era só dizer «voto a favor» e acabou. Não tinha nada a dizer.

Em segundo lugar, já disse que não ter esse voto de confiança... Aliás, diga-se de passagem que não me repugnava — senão não o teria feito —, mas isso também implicaria a demissão da própria administração. Como não estava em causa a demissão da administração, só havia uma solução: ter o voto de confiança.

E quanto ao voto de confiança a uma administração que tinha 8 ou 9 meses e estava a apresentar contas de um período de três meses, ou coisa que o valha, do seu tempo, ninguém pode achar razoável dizer que tem o voto de

confiança quando a administração, daquele período de 2004, foi talvez responsável por um trimestre... Portanto, provavelmente, os resultados já estavam basicamente determinados quando eles tomaram posse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — É verdade, Sr. Professor, mas, quando manifesta um voto de confiança, não faria sentido nenhum a seguir demitir a administração e, portanto, digamos que o Primeiro-Ministro de então tinha aí a sua resposta.

Percebi, também, que foi havendo várias reuniões com o Dr. Vítor Martins e concluí das suas palavras que a relação era uma relação como deve ser uma relação entre um Ministro das Finanças e um Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e que nunca entendeu haver falha de liderança, ou deslealdade ou falta de transparência na atuação do Dr. Vítor Martins.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Era, obviamente, uma relação de duas pessoas que não se conheciam pessoalmente. Conhecemo-nos quase todos mas, neste caso concreto, por acaso, nem nos conhecíamos e devo dizer que, à medida que as reuniões se iam realizando, aumentei o apreço e a avaliação que fazia da pessoa, que me pareceu uma pessoa competente e que tinha a cabeça arrumada sobre os assuntos da Caixa, a sua estratégia e a forma de os resolver.

Portanto, não notei falta de lealdade. Quer dizer, são coisas que não me vêm à cabeça quando penso no Dr. Vítor Martins. Tivemos sempre uma relação de cerimónia mútua institucional, mas muito correta. E a prova disso,

já agora, é que lhe pedi para ele fazer a proposta de reestruturação da Caixa. Portanto, não foi contra a administração, era com a administração da Caixa que a reestruturação da orgânica do Grupo Caixa ia ser feita.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Sr. Professor, percebe-se, então, que o seu sucessor, em meia dúzia de dias, concluiu não haver uma liderança forte e não haver uma relação com o acionista assente na transparência, mas isso serão perguntas que ficarão para ele.

Em relação às propostas que lhe foram feitas chegou a considerar se Carlos Santos Ferreira seria uma boa solução, ou seja, parecia-lhe que ele reuniria as qualificações e a idoneidade necessárias?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, para não haver dúvidas, isto é uma Comissão Parlamentar de Inquérito onde os inquiridos têm de responder a factos. Quanto a opiniões, são livres de as dar ou não.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Muito obrigado. Para dizer a verdade, não conheço as regras, peço desculpa. Foi das coisas que não tive oportunidade de ver, pelas razões que referi.

Eu não tinha intenções de demitir a administração da Caixa e, portanto, também não fui considerar o outro aspeto: «então, agora vamos lá ver quem é que vai para lá». Não há «lá» para ir!

Eu associava sempre o nome de Carlos Santos Ferreira aos seguros. Esteve no Grupo Champalimaud ligado aos seguros e mais não sei quê e, portanto, a ideia que eu fazia dele era um homem não da banca mas mais ligado aos seguros, embora sejam atividades «primas». Fiquei um bocadinho embaraçado quando ele me disse que estava ligado ao banco do Stanley Ho

— já não me lembro o que é que ele me disse que era, se era Presidente, se era CEO, se era administrador, qualquer coisa. Quer dizer, é um pequeno banco, não conhecemos, não é da nossa familiaridade, não sei o nome sequer, preferia que ele me dissesse que estava num banco português conhecido, maior ou menor, mas de algum significado também e de alguma representatividade no mercado. Isso era importante, mas foi um assunto sobre o qual não tive cogitação.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Sr. Professor, portanto, também não teve cogitação sobre a questão da indicação de Armando Vara. E registei bem o à parte de que tinha tido funções de segurança na Caixa Geral de Depósitos, pelo que não teria a tal idoneidade e qualificações.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Não estou a dizer que ele não tinha idoneidade ou qualificações, apenas digo que ele era uma pessoa da Caixa; tanto quanto sei, era diretor dos serviços de segurança e a segurança num banco é uma coisa importante.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Sr. Professor, anteriormente, foram referidas por vários Srs. Deputados declarações que o Sr. Professor foi tendo oportunidade de fazer. Curiosamente, registei que, após pedir a demissão, só fez as primeiras declarações públicas 18 meses depois. Registei isso, mas nestas várias declarações que foi fazendo referiu a

instrumentalização da Caixa Geral de Depósitos pelo poder político e foi mesmo dizendo que não estava certo que, num contexto desses, houvesse a necessidade de um banco com carácter público.

Não vou repetir aqui as citações que foram feitas — tinha aqui registo das mesmas citações — mas parece-me razoável dizer que de todas elas se conclui que houve instrumentalização política ou político-partidária da Caixa Geral de Depósitos por parte do Governo, nomeadamente pelo Primeiro-Ministro de então, José Sócrates.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Sempre defendi a Caixa Geral de Depósitos como um banco público. Mas um banco público tem de ser gerido com determinadas regras, determinados princípios e com uma determinada estratégia; aquilo não é um saco de dinheiro a que o Governo pode ir buscar o dinheiro que quiser. O dinheiro que lá está é dos depositantes. É bom termos um banco público grande, sólido, até porque serve de banco de refúgio. Aliás, serviu durante muito tempo de banco de refúgio, de cada vez que havia uns zunzuns no sistema, ou seja, em vez de o dinheiro ir para Espanha ou ir para França, o que as pessoas faziam era transferências para a Caixa. Basta falar com alguém do Banco de Portugal que sabe isso, pois nós víamos os movimentos; se havia alguma pequena perturbação, a Caixa era imediatamente o banco de refúgio e depois, normalmente, voltavam ao banco de origem.

Mas, portanto, era bom para solidez do sistema ter um bom, sólido e bem gerido banco público. Agora, se esse banco público é para ser utilizado para politiquices, para outros fins que não seja criar valor para o País e para o sistema, nessa altura, prefiro que ele seja privado, porque isso é um problema entre privados e nós, tanto quanto possível, podemos estar

afastados disso — não totalmente, porque quanto aos bancos, infelizmente, o governo nunca consegue estar totalmente afastado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — E a história pode acabar em imparidades, e imparidades da ordem de 6000 milhões de euros.

Agora gostava de abordar uma outra questão que parece muito simples mas que, à medida que vamos fazendo estas audições, se torna mais complexa.

Normalmente, acha-se que a intervenção indevida de um membro do Governo, de um ministro, na Caixa Geral de Depósitos se faz quando pede um financiamento de favor e aquilo que é permitido a um membro do Governo fazer, o que ele deve fazer, é dar orientações estratégicas. Isto parece muito claro, mas onde é que começa e onde é que acaba o conceito de orientação estratégica? Montar, pensar todo um negócio é orientação estratégica ou quem deve fazer isso — e o Sr. Professor há pouco dizia-o — é a administração da Caixa, por exemplo, em relação à fusão das três instituições bancárias em Espanha? Onde é que acaba e começa o conceito de orientação estratégica? O que é que é legítimo?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — É uma boa pergunta e não é uma pergunta a que se possa responder de uma vez por todas, penso eu, tem de se ver um bocadinho em casos concretos.

Ainda há bem pouco, sobre bancos em Espanha, eu dizia que se o problema dos três pequenos bancos em Espanha tem de ser resolvido pode ser uma orientação estratégica, e chama-se a atenção, ou uma orientação de

gestão para os próximos anos. Há um problema aqui que tem de ser resolvido. E depois é a administração da Caixa que tem a obrigação, não é o ministro que vai estudar as contas dos três banquinhos, e mais não sei quê, até porque ele pode não perceber grande coisa de banca. O ministro não sabe de tudo, para isso tem os seus assessores e os seus secretários de Estado. Portanto, o que o ministro deve fazer é chamar a atenção e elencar alternativas.

Uma alternativa de fusão é uma coisa relativamente inócua, no sentido de que não penso que seja uma orientação estratégica em que o ministro se deva meter. No entanto, como já referi há pouco, quando respondi a outro Sr. Deputado, se fosse para vender, o que significava retirar a Caixa das operações em Espanha, pode ser uma orientação estratégica e, nessa altura, penso que o *nihil obstat* do ministro fazia sentido.

Portanto, como vê neste exemplo que estivemos aqui a discutir, há uma linha fina e é difícil definir de uma vez por todas o que é uma orientação estratégica. Agora, dar crédito àquele senhor, àquela autarquia ou àquele grupo económico, isso não é orientação estratégica, é interferência na gestão. Mas pode ser uma orientação estratégica dizer que, nos próximos três anos, gostaria de aumentar a quota de mercado do financiamento das PME. Isto pode ser uma orientação estratégica e pode competir ao acionista dizê-lo. Isso pode ser. Não sei se respondi à sua pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Costa Neves, vou ter a mesma tolerância que tive com os outros Srs. Deputados.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Sr. Presidente, se me permitir usar um pouco mais da sua tolerância para não ter de fazer numa segunda volta...

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, ficávamos-lhe todos muito gratos, a começar pelo Sr. Professor.

O Sr. **Carlos Costa Neves** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Professor, a pergunta tem a sua razão de ser e eu falei em audições anteriores, em questões que não têm agora a ver diretamente com o Sr. Professor mas a interrogação vem daí. É que uma coisa é o Governo dizer à Caixa Geral de Depósitos: «intervenha para que o BCP fique em mãos nacionais»; outra coisa é dizer: «intervenha desta, desta e desta forma para que o BCP fique em mãos nacionais». Acho que esta segunda intervenção não cabe dentro da ideia de orientação estratégica e daí a minha pergunta.

A última questão é a seguinte: dentro desta possibilidade de intervenção como orientação estratégica, acha que caberá, por exemplo, ao Governo dizer à Caixa Geral de Depósitos que intervenha em grandes projetos nacionais que possam contribuir para o desenvolvimento do País, como a Ota ou o TGV, e isso também teve alguma coisa a ver com o seu pedido de demissão?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Luís Campos e Cunha**: — Ora bem, foram várias perguntas e vamos lá ver se me lembro de todas.

Se o Governo pretender que o BCP fique em mãos nacionais, primeiro, atuar nesse sentido é ilegal, do ponto de vista do direito europeu — por razões óbvias, não podemos discriminar. Em segundo lugar, mesmo que não o seja, não é tarefa da Caixa nem a Caixa é o instrumento que o Governo deve usar para esse fim. Para isso, tem a Parpública e outras coisas quaisquer. Agora, ali é dinheiro dos depositantes. O dinheiro que lá está, à parte do capital, é dinheiro dos depositantes e os depositantes têm de estar seguros.

Ter o BCP em mãos nacionais não foi o objetivo dos depositantes quando lá puseram o dinheiro, foi porque ele estava seguro, ia ter uma remuneração quando chegasse ao fim, e o dinheiro estava lá quando eles necessitassem. Esse é o principal critério.

Portanto, se o objetivo, ilegal, era manter o BCP em mãos nacionais, se esse fosse um objetivo do Governo, nessa altura, arranjavam outros instrumentos. Quando muito pode ser até o dinheiro dos contribuintes — infelizmente, será sempre —, mas não é o dinheiro dos depositantes, que são coisas diferentes.

A Ota e o TGV estavam numa fase muito inicial. O que havia era um papel com 40 páginas e 40 000 milhões para gastar, que era o chamado PIIP (Programa de Investimentos em Infraestruturas Prioritárias). Foi uma das causas, mas nem sequer se chegou ao problema do financiamento, porque ainda faltava decidir por onde passava o TGV, montar o projeto, fazer concursos públicos, etc. Estes grandes projetos demoram sempre muitos anos até se chegar ao problema do financiamento, que havia de chegar no momento em que se fizesse o concurso para uma empreitada de uma obra destas. E provavelmente não era só a Caixa, nunca, mesmo que a Caixa viesse a entrar. Portanto, foi uma questão com a qual nunca fui confrontado no contexto da Caixa, mas certamente não seria só a Caixa. O TGV necessita de um consórcio internacional.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, tenho indicação dos diferentes grupos parlamentares de que não há nenhuma inscrição para uma segunda ronda. Portanto, cabe-me agradecer, uma vez mais, a sua presença e os esclarecimentos que prestou para o trabalho da Comissão.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 31 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL